

PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES. UM ESTUDO SOBRE DIVULGAÇÃO DAS EMPRESAS DO SETOR DE CARNES E DERIVADAS LISTADAS NA B3.

Título da Sessão Temática: Contabilidade, Controladoria e Finanças.

Evento: Iniciação Científica

RESUMO

Com a Lei nº11638 e nº 11941/09, foram instituídos novos conceitos, métodos e critérios contábeis e fiscais, com intuito de alinhar as normas contábeis brasileiras aos padrões das normas internacionais. A importância da divulgação das informações referente as provisões, passivos e ativos contingentes alinhadas ao CPC 25 é de grande valor para os investidores e credores das empresas, por isso a importância do detalhamento das informações. O objetivo do atual trabalho é analisar as informações divulgadas, com a finalidade de verificar a adequação das empresas brasileiras do ramo de carne e derivados listadas na b3 as especificações de divulgação instituídos pelo CPC 25 – provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. O presente estudo tem como característica uma pesquisa descritiva sendo analisado fatos sem modificá-los, sua abordagem é qualitativa e pesquisa documental. Foi feito o estudo das demonstrações financeiras e notas explicativas das empresas, visando averiguar se as entidades estão atendendo aos critérios do CPC 25. Observou-se que o elemento mais divulgado foi o de natureza trabalhista, seguido pelo de natureza tributária e civil. Concluiu-se que, o nível de evidenciação e divulgação obtiveram um grau satisfatório, entretanto, não ocorreu devida divulgação para atendimento de todos os critérios proposto pelo CPC 25, em relação aos seus requerimentos, destacou-se as provisões são as mais divulgadas.

Palavras-chave: CPC 25. Provisões. Ativo contingente. Passivo contingente.

INTRODUÇÃO

A modificação da Lei nº 6.404/76, alterada pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, tendo como o principal objetivo a padronização das normas brasileiras de contabilidade aos padrões internacionais. Após a padronização ao modelo internacional, salienta-se a contabilização das provisões e passivos contingentes.

A contingência é uma situação eventual, de acontecimentos passados, que pode ocasionar resultados favoráveis ou desfavoráveis dependendo dos eventos futuros. Tendo a necessidade de ser evidenciada nas Demonstrações Financeiras e complementada nas notas explicativas ou pelas constituições das suas devidas provisões. Os possíveis efeitos financeiros da contingência vão depender essencialmente de avaliações em conjunto com os laudos técnicos (CPC 25; RIBEIRO, 2013).

Conforme Ribeiro (2013), contingência é a representação de risco pré-existente, acarretando, ou não, perdas ou ganhos em implicação a eventos futuros. Do ponto de vista contábil, uma proteção para os efeitos financeiros de atos passados que acarretarão um desfecho, seja favorável ou não, em acontecimentos posteriores incertos, no entanto, possíveis. Provisões são obrigações possíveis que necessitam ser registradas pelo regime de competência com intuito da apropriação do resultado. Para que a provisão seja feita de forma confiável é essencial o uso da estimativa.

De acordo com o CPC 25 referente a Provisões, Passivos e Ativos Contingentes uma provisão será reconhecida quando a empresa tem obrigações presentes e que sejam derivadas de acontecimentos passados, sendo necessária uma provável saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidação da obrigação, para que possa ser feita uma estimativa confiável do valor da provisão.

Tendo como cerne o setor produtivo de carnes que tem por atividade operacionais a possibilidade de ter algum tipo de contingência consequentemente de ter provisões significativas que exercem influência no mercado, principalmente após a operação Carne Fraca em 2017.

O setor de carnes é altamente competitivo mundialmente, em que se necessita de cautela, pois ele apresenta diversos riscos relacionados ao ambiente de trabalho, riscos ambientais, possuindo a necessidade de provisões para contingência (CARDOSO, 2017).

Atualmente o Brasil é referência mundial no setor de carnes, segundo a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (ABIEC), em 2018 o Brasil se consolida como maior exportador mundial, principalmente por meio de fusões e aquisições de empresas do setor de carne no exterior. Sua importância vai além do comércio, agregando valores essenciais para a vida humana, pois são fontes de proteínas e nutrientes.

Portanto indaga-se: Qual o grau de adesão das companhias de carnes e derivados listadas na B3 às recomendações preconizadas pelo CPC 25 de ativo, passivo e provisão para contingências?

Segundo a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (ABIEC), o Brasil vem com crescimento contínuo chegando a crescer mais de 20,1% no primeiro semestre de 2019. Um setor que vem alavancando a economia do país contribuindo efetivamente nas receitas de exportações do Brasil. A ABIEC destacou que julho registrou o melhor desempenho mensal das exportações de carne bovina no ano de 2019, um dos principais fatores que contribuíram para esse crescimento foram as vendas para China.

Nessa perspectiva, diante da importância que o setor de carnes e derivados tem na

economia do País percebe-se a necessidade da análise a adequação do setor de carnes e derivados as normas do CPC 25 provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

Então o objetivo geral da presente pesquisa é analisar as informações divulgadas, com a finalidade de verificar a adequação das empresas brasileiras do ramo de carne e derivados listadas na B3 as especificações de divulgação instituídos pelo CPC 25 – provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

Para tanto, foram delineados os seguintes objetivos específicos: discorrer sobre as divulgações mínimas requeridas pelo CPC 25 – provisões, passivos contingentes; apurar o nível de divulgação das empresas aos requerimentos do CPC 25, apurar a natureza e detalhamento das empresas referentes as provisões, ativos e passivos contingentes; apurar os itens com maior nível de divulgação. Apurar os itens com baixo nível de divulgação.

METODOLOGIA

O estudo foi realizado mediante uma pesquisa qualitativa, descritiva e documental. De acordo com Gil (2010), uma pesquisa descritiva tem por objetivo estudar as características de um grupo, e vão além da simples identificação da existência de relação entre variáveis, e pretendem determinar a natureza da relação.

Gil (2010) uma pesquisa documental vale-se de toda sorte de documentos, elaborados com finalidades diversas, tais como assentamento, autorização, comunicação etc.

Para o estudo do desenvolvimento deste trabalho foram analisadas as Notas Explicativas e Balanço Patrimoniais de seis entidades brasileiras do setor de carnes e derivados listadas na B3 dos anos 2016 a 2018, de acordo com a normas do CPC 25 para publicação das contingências e informação sobre demonstrações financeira das empresas.

Essa etapa propõe-se a produzir ou reelaborar conhecimentos e criar novas formas de compreender os fenômenos estudados (SÁ-SILVA; DE ALMEIDA; GUINDANI, 2009). Foi desenvolvida um quadro comparativo de acordo com o CPC 25, com base nos critérios de reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões e passivos contingentes. Sendo analisado e observado cada empresa de acordo com os critérios do CPC 25.

De acordo com o CPC 25 para uma provisão ser reconhecida é necessário: a entidade tem uma obrigação presente como resultado de evento passado e que seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação.

Em seguida deve ser feita a mensuração e as divulgações de acordo com as

especificações do CPC 25. Conforme Carvalho, Costa e Lemes (2009) a mensuração das provisões mostra que o valor reconhecido como uma provisão deve ser a melhor estimativa do pagamento futuro exigido para quitar a obrigação no fim do período contábil.

Para o atendimento da divulgação referente ao CPC 25, cada classe de provisão, a entidade deve divulgar, o valor contábil no início e no fim do período; provisões adicionais feitas no período, incluindo aumentos nas provisões existentes; valores utilizados; valores não utilizados revertidos durante o período; e o aumento durante o período no valor descontado a valor presente proveniente da passagem do tempo e o efeito de qualquer mudança na taxa de desconto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para que as empresas estejam em conformidade com CPC 25, é necessário a divulgação das suas informações através das notas explicativas, registrando as suas devidas provisões para contingência no balanço patrimonial. Para atingir os objetivos propostos dessa pesquisa foram coletados dados na b3 sobre seis empresas do ramo de carnes e derivados, referente as contingências nas demonstrações financeiras. Foi elaborado um estudo das demonstrações financeiras e notas explicativas das empresas, visando averiguar se as entidades estão atendendo aos critérios do CPC 25. A análise executada mediante coleta de dados das empresas tem com o propósito responder a tabela criada sobre os questionamentos estabelecidos pelo CPC 25 referente a sua mensuração, reconhecimento e divulgação das provisões, ativos e passivos contingentes. A seguir serão apresentados os resultados alcançados pela análise das informações evidenciadas nas notas explicativas e demonstrações contábeis.

Quadro 1: Divulgação das empresas referente ao CPC 25

Classe		Itens de Divulgação – CPC 25	2016	2017	2018
Provisões	Reconhecimento	Obrigação presente como resultado de um evento passado.	5	5	4
		Provável saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação.	4	4	4
		Possível realização uma estimativa confiável do valor da obrigação.	5	5	5
	Mensuração	Evidenciação dos valores utilizados durante o período	5	5	5
		Utilização da melhor estimativa do desembolso para liquidar a obrigação.	5	5	5
		Foram reavaliadas e ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente?	3	4	4
	Divulgação	O valor contábil no início e no fim do período.	6	6	6
		Provisões adicionais feitas no período, incluindo aumentos nas provisões existentes.	5	6	5
		Valores utilizados (ou seja, incorridos e baixados contra a provisão) durante o período.	3	3	5
		Valores não utilizados revertidos durante o período.	1	2	3
		O aumento durante o período no valor descontado a valor presente proveniente da passagem do tempo e o efeito de qualquer mudança na taxa de desconto.	0	0	0
		Uma breve descrição da natureza da obrigação de quaisquer saídas de benefícios econômicos resultantes.	5	5	5

		Uma indicação das incertezas sobre o valor ou o cronograma dessas saídas.	3	3	3
		O valor de qualquer reembolso esperado.	0	0	0
Ativo Contingentes		Uma breve descrição da natureza do ativo contingente.	1	1	1
		A estimativa do seu efeito financeiro (quando praticável).	1	1	1
Passivos Contingentes		Uma breve descrição da natureza do passivo contingente.	3	3	3
		A estimativa do seu efeito financeiro (quando praticável).	4	4	4
		A indicação das incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de qualquer saída.	2	2	2
		A possibilidade de qualquer reembolso.	0	0	0

Fonte: Elaborada pelas autoras (2019).

Posteriormente a análise do quadro 1 acima constatou-se que as provisões para contingência obtiveram maior índice de divulgação, os passivos contingentes foram divulgados de forma razoável. O ativo contingencial possui uma escassa divulgação, possivelmente pela falta de obrigatoriedade de sua divulgação.

Em relação aos itens que compõem o quadro 1, no que se refere as provisões para contingência, houve segregação entre o reconhecimento, mensuração e divulgação. Sobre o reconhecimento, os que tiveram maior índice de divulgação foram, a obrigação presente como resultado de um evento passado, possível realização de estimativa confiável do valor da obrigação. Observou-se que o elemento mais divulgado foi o de natureza trabalhista, seguido pelo de natureza tributária e civil. As naturezas ambientais, administrativas e comerciais possuem escassa divulgação.

Quadro 2: Divulgação da natureza das provisões

Natureza	2016	2017	2018
ambiental	1	1	0
administrativa	1	1	1
cíveis	6	6	6
comercial	1	1	1
tributária	6	6	6
trabalhista	6	6	6

Fonte: Elaborada pelas autoras (2019).

Sobre a mensuração, a evidenciação dos valores utilizados durante o período. Já em relação a divulgação, o valor contábil no início e no fim do período, provisões adicionais feitas no período, incluindo aumentos nas provisões existentes, uma breve descrição da natureza da obrigação de quaisquer saídas de benefícios econômicos resultantes.

Para os passivos contingentes, os que tiveram maior índice de divulgação foram, a estimativa do seu efeito financeiro, breve descrição da natureza do passivo contingente. Ativo contingencial obteve os mesmos índices de divulgação para breve descrição da natureza do ativo contingente, e a estimativa do seu efeito financeiro.

No que se refere a divulgação, nenhuma empresa apresentou o aumento durante o período no valor descontado a valor presente proveniente da passagem do tempo e o efeito de qualquer mudança na taxa de desconto, nem divulgam o valor de qualquer reembolso esperado. Ressalta-se o item que foi divulgado por todas as empresas foi o valor contábil no início e no fim do período.

Comparando Nunes (2017) com este trabalho, observa-se que foram obtidos resultados semelhantes. Nunes (2017) realizou estudo sobre a adequação do CPC 25 de todas as entidades listadas na B3 no período de 2011 a 2015, após a análise das entidades, Nunes (2017) obteve à seguinte conclusão, “as empresas estão obedecendo parcialmente os requisitos obrigatórios de divulgação das “Provisões”, pois as empresas obtiveram um percentual médio total de 81% (oitenta e um por cento) de divulgação em todos os anos analisados”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo tem por objetivo analisar as informações divulgadas, com a finalidade de verificar a adequação das empresas brasileiras do ramo de carne e derivados listadas na B3 as especificações de divulgação instituídos pelo CPC 25.

Foi desenvolvida um quadro comparativo com base nas normas de divulgação, reconhecimento, mensuração do Comitê de Pronunciamento Contábeis CPC 25, com o propósito de averiguar as informações das demonstrações financeiras e das notas explicativas das seis empresas analisadas no período de 2016 a 2018.

Como resultado, aos objetivos específicos propostos, nenhuma das seis entidades divulgam o valor de qualquer reembolso esperado, nem divulgam o aumento durante o período no valor descontado a valor presente proveniente da passagem do tempo e o efeito de qualquer mudança na taxa de desconto. Todas as entidades divulgaram o valor contábil no início e no fim do período.

Concluiu-se que, o nível de evidenciação e divulgação obtiveram um grau satisfatório, entretanto, não ocorreu devida divulgação para atendimento de todos os critérios proposto pelo CPC 25, em relação aos seus requerimentos, destacou-se as provisões são as mais divulgadas. As principais provisões reconhecidas pelas empresas têm naturezas, trabalhistas, civis, e tributárias, algumas empresas realizaram um amplo detalhamento.

REFERÊNCIAS

ABIEC –**Exportações brasileiras de carne bovina registram alta de 20,1% nos primeiros sete meses do ano.** Disponível em:<http://www.abiec.com.br/download/release_exportacoes_Julho2019.pdf> Acesso em: 08

agosto.2019.

ABIEC – **Exportações brasileiras de carne bovina fecham 2018 com recorde histórico.** Disponível

em:<<http://www.abiec.com.br/download/exportacoes%20fecham%20com%20recorde.pdf>>

Acesso em: 08 agosto.2019.

ALMEIDA, C.D. et.al. **Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas.** Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, n.1, 2009.

BRASIL. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16404compilada.htm>. Acesso em: 09 agosto. 2019.

BRASIL. Lei n. 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm>. Acesso em: 09 agosto. 2019

BRASIL. Lei n. 11.941, de 27 de maio de 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111941.htm>. Acesso em: 09 agosto. 2019.

CARVALHO, Nelson; COSTA, Fábio Moraes Da; LEMES, Sirlei. Contabilidade Internacional. Aplicação das IFRS 2005. São Paulo: Atlas S.A., 2009. > Acesso em: 09 setembro 2019.

CARDOSO, Telma. et.al **Avaliação dos riscos ambientais na sala de abate de um matadouro de bovinos.** Rio de Janeiro, v. 41, n. especial, p. 175-187, jun 2017.

Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **Pronunciamento Técnico CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.** (CPC 25). Disponível em <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=56>>. Acesso em 06 de agosto de 2019.

MARINHO, Alexandre. **Contingências e provisões.** Disponível em:<<https://contabilidadetec.com.br/blog/contingencias-provisoes/>> Acesso em: 09 agosto. 2019

NUNES, Marcus. **Provisões, ativos e passivos contingentes: um estudo sobre divulgação das empresas listadas na bm&fbovespa.** 2017. Rio verde, GO.

RIBEIRO, A. C.; RIBEIRO, M. DE S.; WEFFORT, E. F. J. Provisões, contingências e o pronunciamento CPC 25: As percepções dos protagonistas envolvidos. **Revista Universo Contábil**, v. 9, n. 3, p. 38-54, julho/setembro, 2013

SITE B3. Setor de Atuação B3 <http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/empresas-listadas.htm>. Acesso em 12 de agosto de 2019.

THIOLLENT, Michel. Metodologia da Pesquisa – Ação. 18 ed. São Paulo: Cortez, 2011